



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº0000241-94.2006.8.17.1430(0265342-5)
COMARCA:	TACAIMBÓ
VARA:	ÚNICA
APELANTE:	ÉVERTON DE BRITO COSTA
ADVOGADO:	JOÃO ALMEIDA LIMA NETO
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ESTELINATO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS, ANTE A CONFISSÃO DO CORRÉU, DO DEPOIMENTO CONTRADITÓRIO DO APELANTE, EM JUÍZO, TESTEMUNHAS E VÍTIMAS. PEDIDO DE DIMINUIÇÃO DA REPRIMENDA. PROVIMENTO PARCIAL, EM RAZÃO DO RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA MENORIDADE PREVISTA NO ART. 65, I, DO CÓDIGO PENAL. EXTENSÃO AO CORRÉU. PROVIMENTO PARCIAL. DECISÃO UNÂNIME.

1 - A participação do Apelante na conduta delitiva descrita na denúncia restou devidamente comprovada, ante todo o conjunto probatório trazido aos autos.

2 - O Apelante, quando ouvido perante a autoridade policial, confessou com riqueza de detalhes toda a empreitada criminoso. Ao ser interrogado, em Juízo, apresentou uma versão contraditória, todavia o corréu Paulo Duarte confessou a autoria delitiva, tanto perante a autoridade policial, quanto em Juízo, tendo inclusive confirmado a participação do Apelante, sendo as condutas confirmadas pelas testemunhas e vítimas, impondo a manutenção da condenação.

3- Reconhecimento da atenuante da menoridade.

4 - Diminuição da pena com aplicação da atenuante extensiva ao corréu, nas mesmas condições.



9 622

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

5 - Recurso provido parcialmente, por unanimidade.

ACÓRDÃO

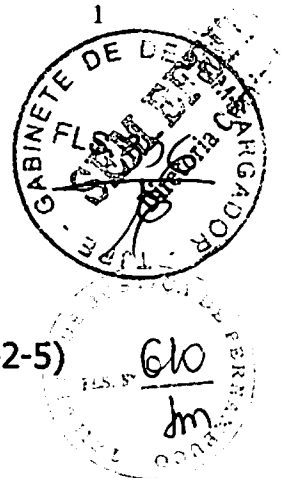
Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0265342-5**, no qual figuram como partes: **Everton de Brito Costa** e o **Ministério Público de Pernambuco**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO PARCIAL ao presente recurso, apenas para diminuir a pena imposta ao Recorrente e ao corréu, em razão do reconhecimento da atenuante da menoridade prevista no art. 65, I, do Código Penal, mantendo-se no mais a condenação nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23.09.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL
COMARCA:
VARA:
APELANTE:
ADVOGADO:
APELADO:
RELATOR:
ÓRGÃO JULGADOR:
PROCURADOR:

Nº0000241-94.2006.8.17.1430(0265342-5)
TACAIMBÓ
ÚNICA
ÉVERTON DE BRITO COSTA
JOÃO ALMEIDA LIMA NETO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto pela defesa de **Everton de Brito Costa**, em face da sentença proferida às **fls. 494/510** que o condenou à pena de 04 (quatro) anos de reclusão, em regime aberto e ao pagamento de 150 (cento e cinquenta) dias-multa, substituídas por duas penas privativas de direitos, consistentes em prestação de serviço à comunidade e pagamento de 300 (trezentos) dias-multa, por infração ao art. 171 do Código Penal.

Em suas razões recursais de **fls. 515/528** pugna o Apelante **EVERTON DE BRITO COSTA** por sua absolvição, alegando ser inocente; **ALTERNATIVAMENTE** requer a diminuição da pena para o mínimo legal aplicado à espécie, em razão das circunstâncias judiciais serem em sua maioria favoráveis ao réu.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



Em sede de contrarrazões, às **fls. 534/537**, o Ministério Público Estadual requer que seja negado provimento ao recurso, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, em seu parecer de **fls. 351/352**, opinou pelo não provimento do presente recurso.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 12.10.2012


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



3 4

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº0000241-94.2006.8.17.1430(0265342-5)
COMARCA:	TACAIMBÓ
VARA:	ÚNICA
APELANTE:	ÉVERTON DE BRITO COSTA
ADVOGADO:	JOÃO ALMEIDA LIMA NETO
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

VOTO

Conforme o pré-falado inquérito policial, no início do mês de outubro de 2006, terceiras pessoas apresentadas como agentes de empréstimos bancários procuraram a vítima Eudócia Amélia dos Santos e a convenceram a tomar empréstimo para consignação nos seus créditos de aposentadoria.

No dia 30/10/2006, após ter sido formalizado o contrato de empréstimo com o Banco Cruzeiro do Sul, agenciado pela M&C Crédito, no valor de R\$ 2.134,00 (dois mil, cento e trinta e quatro reais), o denunciado **Paulo Duarte Andrade Silva Filho** esteve na residência da vítima e comunicou a aprovação do empréstimo, convencendo-a a lhe entregar o cartão de saque e a senha do Banco Postal, Bradesco, dizendo-lhe que iria consultar o caixa eletrônico para saber se o valor já estava disponibilizado na conta da vítima.

No mesmo dia 30 de novembro, o denunciado realizou saques e uma transferência dos valores creditados na conta da vítima, conforme se vê no documento de fls. 13, retornando à casa dela, onde devolveu o cartão e



4 624

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

comunicou que o crédito não havia sido disponibilizado devido a um pequeno erro de preenchimento de formulários e que essa falha seria logo corrigida.

A vítima tomou providências para fazer as correções indicadas pelo acusado e continuou a procurá-lo para saber da liberação de crédito, sem obter resultado satisfatório, razão pela qual foi ao Banco Postal e pediu que uma funcionária fizesse a consulta do seu saldo. Soube, então que o valor de empréstimo havia sido creditado e que na data em que o acusado esteve na sua residência, 30/10/2006, todo valor havia sido sacado, restando para ela apenas a obrigação de pagar.

Na fase inquisitorial, um dos suspeitos, **Everton de Brito Costa**, confessou perante a autoridade policial que ao fazer o saque de um empréstimo efetuado por uma cliente, percebeu que a quantia contratada era maior do que a quantia esperada pela cliente a quem entregou parte do crédito dizendo àquela que a quantia maior seria devolvida ao banco credor. A partir de então, o denunciado Everton confessou ter se acertado com o acusado **Paulo Duarte** para juntos se apropriarem desses valores sacados das contas dos clientes, sem eles perceberem.

O Apelante ao ser interrogado perante a autoridade policial, conforme se vê às **fls. 43/46**, relatou de forma detalhada como entrou no "esquema" e como este funcionava.



5 62

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

Em Juízo, às **fls. 439v/441**, embora tente negar a autoria delitiva, demonstra novamente que sabia, em seus mínimos detalhes, como os empréstimos nas contas dos aposentados eram realizados.

Apresenta também várias contradições em seu interrogatório judicial. Ora, afirma que não é verdade que tenha dito ao Delegado que aceitou participar do esquema, após **Paulo**, correu nos autos, lhe explicar sobre o valor excedente dos empréstimos. Logo, depois relata que deixou **Paulo** utilizar sua conta bancária.

Relata ainda o Recorrente, às **fls. 440** dos autos, que tinha conhecimento de que as transferências eram feitas para sua conta bancária e que o recebimento do valor integral dos empréstimos não correspondia a informação que era dada aos aposentados pensionistas, pois estes eram cientificados que o valor excedente seria restituído ao banco, o que de fato não acontecia.

Outro ponto contraditório no depoimento do Recorrente é quando afirma às **fls. 440**: *"(...) Que após os fatos **Paulo** tinha medo de andar na cidade e o depoente não, inclusive chegou a reunir os aposentados depois de tudo que aconteceu e levou-os para Caruaru com o Dr. Aquilino, advogado para entrar em acordo a fim de que as pessoas fossem restituídas; Que o depoente chegou a assinar um acordo se comprometendo a restituir os idosos; (...)."*

Cumpra ainda registrar, por oportuno, que o correu **Paulo Duarte de Andrade Souza Filho** confessou toda a empreitada criminosa perante a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

autoridade policial. Em Juízo, por ocasião da instrução processual, às **fls. 440v/441**, ratificou integralmente seu depoimento, inclusive quanto a participação do ora Apelante **Everton de Brito Costa**.

Ante a confissão do corréu, nas duas oportunidades em que foi ouvido, do depoimento contraditório do Apelante, em Juízo, e das testemunhas nos autos inquiridas, não há que se falar em absolvição do réu como pretende a defesa.

Quanto ao pedido de diminuição da reprimenda, temos que o magistrado sentenciante ao tratar da dosimetria das penas, às **fls. 506/509**, o fez após análise detida de todas as circunstâncias judiciais elencadas no art. 59, em decisão devidamente fundamentada, portanto irretocável.

No entanto, não foi aplicada ao Recorrente e ao corréu a atenuante da menoridade prevista no art. 65, inciso I do Código Penal, vez que os acusados na época dos fatos contavam com menos de 21 (vinte e um) anos de idade, conforme consta dos documentos de **fls. 41 e 161** dos autos.

Sendo assim e de acordo com o Parecer Ministerial, deve ser refeita a dosimetria das penas para reconhecer a atenuante da menoridade em favor dos réus.

Quanto ao Apelante **ÉVERTON DE BRITO COSTA**: mantenho a pena-base em 4 (quatro) anos de reclusão, diminuída em 6 (seis) meses, face à atenuante da menoridade, restando esta definitiva em 3 (três) anos e



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

6 (seis) meses de reclusão, ante a ausência de agravantes, causa de diminuição e aumento.

Quanto ao Réu **PAULO DUARTE DE ANDRADE SILVA FILHO**: mantenho a pena-base em 4 (quatro) anos de reclusão, diminuída em 6 (seis) meses, em razão da atenuante da menoridade, restando esta definitiva em 3 (três) anos e 6 (seis) meses, ante a ausência de agravantes, causa de diminuição e de aumento.

Com esses fundamentos VOTO para DAR PROVIMENTO PARCIAL AO APELO apenas para diminuir a pena aplicada aos réus, em razão da atenuante da menoridade, prevista no art. 65, I, do Código Penal.

Recife, 23.09.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



0049
628

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000241-94.2006.8.17.1430 (0265342-5)
COMARCA: Tacaimbó – Vara Única
APELANTE: Everton de Brito Costa
APELADO: Ministério Público Estadual
PROCURADORA: Dr^a Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo Bel. João Almeida Lima Neto contra Sentença de fls. 491/507, proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca Tacaimbó/PE, datada de 15/04/2011, que condenou o réu **Everton de Brito Costa**, devidamente qualificado à fl. 02, pela prática do delito tipificado no Art. 171, *caput*, do CP (*Estelionato*) às penas de **150 (cento e cinquenta) dias-multa**, cada um no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, e **04 (quatro) anos de reclusão**, regime inicialmente aberto, **substituída por 02 (duas) penas restritivas de direito**, sendo **uma de Prestação de Serviços à Comunidade e outra de 300 (trezentos) dias-multa**, no valor mínimo legal.

Em síntese, narra a Denúncia de fls. 02/04, que, conforme relatado no Inquérito Policial, no **início do mês de outubro de 2006**, **Núbia de Lima e Silva** e **José Floriano Torres**, vulgo Bulunga, foram à residência da vítima **Eudócia Amélia dos Santos**, aposentada, identificando-se como representantes do Banco Cruzeiro do Sul, e convenceram-na a tomar um empréstimo no valor de R\$ 2.134,00 (dois mil cento e trinta e quatro reais).

No dia **30/10/2006**, o acusado **Paulo Duarte de Andrade Silva Filho** esteve na casa da ofendida, comunicando-lhe a aprovação do empréstimo. Na mesma ocasião, **Paulo Duarte** solicitou o cartão do Banco Bradesco e a senha da vítima, para que consultasse no município de Belo Jardim/PE se o valor já havia sido disponibilizado na conta. Na mesma data, o denunciado realizou **02 (dois) saques** e uma transferência dos valores creditados na conta da vítima (fls. 17) e retornou a casa dela, onde informou que os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

valores não haviam sido liberados por uma falha no preenchimento dos formulários, o que seria logo resolvido.

De acordo com a exordial, a vítima procurou **Paulo Duarte** por diversas vezes, sem que o problema fosse resolvido. Por conta disso, em **22/11/2006**, dirigiu-se à agência bancária em Belo Jardim, onde foi informada que o valor do empréstimo já havia sido creditado, no dia **30/10/2006**, assim como já havia sido sacado. Diante disso, a aposentada procurou as Autoridades Policiais.

A Denúncia continua e versa que várias pessoas simples e analfabetas, mas não identificadas, normalmente beneficiárias do INSS, teriam sido enganadas pelos Denunciados, que se utilizavam da boa-fé e da carência financeira dessas pessoas para enganá-las nas operações de crédito, obtendo delas vantagens ilícitas, através dos mais diversos tipos de fraude.

Em relação aos demais indivíduos representados no Inquérito Policial, **José Montenegro Maia** e **Carlos Alberto Athayde Montenegro Júnior**, que aceitavam as propostas de empréstimo encaminhadas por pessoas não habilitadas funcionalmente perante a empresa M&C Crédito, dando condições para que estas obtivessem vantagens ilícitas, não consta nos autos que aqueles tenham obtido vantagem e, portanto, não foram denunciados pelo Órgão Ministerial.

Quanto a **Núbia de Lima** e **José Floriano**, no interrogatório dos acusados **Paulo Duarte** e **Everton de Brito** durante o inquérito policial, os representados negaram qualquer participação daqueles no crime, afirmando que ambos eram apenas funcionários da empresa.

Os acusados foram postos em liberdade em **18/12/2006**, com Alvarás de Soltura às fls. 212/213.

Às fls. 247/248, foi decretada a suspensão condicional do processo pelo período de 04 (quatro) anos. O benefício foi revogado às fls. 313/315 em razão de novo processo envolvendo os réus.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

Em suas razões recursais (fls. 567/582), a Defesa objetiva, em síntese, a absolvição do acusado, ou, subsidiariamente, a modificação da pena cominada para uma pena mais branda, aproximando-se do mínimo legal previsto no art. 170, *caput*, do CP, antes as circunstâncias judiciais favoráveis.

Nas contrarrazões (fls. 587/591), o MP pugna pelo não provimento do recurso.

Nessa instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, manifestou-se no sentido de dar provimento parcial ao apelo (fls. 605/607), para reconhecer a incidência da atenuante contida no art. 65, I, do CP, a que fazem jus o apelante e o corréu por serem menores de 21 (vinte e um) anos de idade à época do fato delituoso.

O Recurso merece ser acolhido, parcialmente.

De imediato, observo que não há dúvidas quanto à materialidade e à autoria do delito em questão em relação ao Réu **Paulo Duarte de Andrade**, a partir da confissão por ele realizada, tanto em sede inquisitorial (fls. 40/43), quanto em juízo (fls. 437v./438), do depoimento da vítima (fls. 18/21 e 434), assim como do seu marido **Cícero Amâncio dos Santos** (fls. 22/25 e 434v./435), que presenciou os fatos, e do extrato bancário da conta da vítima (fl. 17).

Eudócia Amélia dos Santos - vítima (fl. 434): "que lembra que **Paulo** foi a sua casa à tarde naquele dia, mas não lembra de **Dunga**; que naquele dia **Paulo** pediu seu cartão do banco, bem como a sua senha; que a depoente não sabia de nada e entregou ambos; que depois disso ele levou a senha e o cartão e depois trouxe para a depoente de volta; que ele não entregou o seu dinheiro quando voltou..."

Cícero Amâncio dos Santos - testemunha (fls. 435): "que conhece **Everton** só de vista; que conhece **Paulo**; que foi **Paulo** quem procurou sua esposa em sua residência; que **Everton** nunca foi a sua residência e o depoente o conheceu na rua (...) que **Paulo** quando foi a sua casa pediu o cartão e a senha de sua esposa e lhe foi dado; que quando ele retornou do banco é que o dinheiro ainda não havia entrado..."

Paulo Duarte de Andrade - Acusado (fls. 437v./438) que antes de **José Maia** chegar tudo transcorria normalmente, após a entrada de **José Maia** na empresa os empréstimos passaram a ser feitos no limite que o aposentado tinha direito, embora ele não manifestasse interesse na integralidade desse limite; que se um cliente tivesse direito a R\$ 2.000,00, mas ele apenas quisesse R\$ 1.000,00 o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

*empréstimo era feito dos R\$ 2.000,00 sendo que R\$ 1.000,00 era repassado para o aposentado e R\$ 1.000,00 era dividido entre o depoente, **Carlos Ataíde, José Maia e Everton** (...) que o depoente desde o começo foi réu confesso e se prontificou a restituir as vítimas (...) que assume que fez transferência de clientes para sua conta, mas não utilizava o cartão de **Everton** para transferir para a conta dele; que o próprio **Everton** é quem fazia..."*
 (grifamos)

O documento colacionado à fl. 17 por ocasião do início do inquérito comprova a transferência de valores para a conta de **Paulo Duarte** no valor de R\$ 934,00 (novecentos e trinta e quatro reais), assim como 01 (um) saque no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e 02 (dois) saques no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) cada um, todos no dia 30/10/2006, totalizando R\$ 2.134,00 (dois mil cento e trinta e quatro reais).

No interrogatório realizado perante a Autoridade Policial, **Everton de Brito Costa**, ora recorrente, confirma a sua co-autoria, relatando o que se segue (fls. 47/51):

"(...) que depois de dois (02) meses de funcionamento nesta cidade, estando tudo correndo normalmente, a pessoa do interrogado percebeu um fato estranho, uma senhora/cliente que havia contrato um empréstimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais), e, o interrogado ao ir no banco receber com a mencionada senhora notou que saíra a importância de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), uma vez que recebera a orientação de Paulo Duarte de que a importância a mais deveria ser devolvida ao Banco Cruzeiro do Sul, explicação que, por sua vez, a pessoa do interrogado também deu a citada cliente; que, todavia, desconfiando de tal fato, interpelou Paulo Duarte a respeito, o qual afirmou que, na verdade, tal importância não iria ser devolvida ao Banco Cruzeiro do Sul, mas sim dividida entre as pessoas dele, o Paulo Duarte, o interrogado e a pessoa de Carlos Ataíde, sendo que adiantou que fora este último o mentor de tal plano para prejudicar as pessoas que conseguissem os empréstimos, tendo, a partir daí, a pessoa do interrogado aceito tal esquema, passando a fazer parte do esquema (...) que, depois passou um (01) mês fora do esquema, trabalhando em outra empresa, tendo pedido demissão, retornou ao mesmo, mas só agindo esporadicamente (...)

Em juízo (fls. 439v/441), o ora Recorrente procura negar os fatos delituosos a ele imputados, porém demonstra novamente que sabia, em seus mínimos detalhes, como os empréstimos nas contas dos aposentados eram realizados. Vejamos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

“(…) que nos dois meses que o depoente passou aqui não houve nada de errado (….) que é verdade que percebeu que o empréstimo de R\$ 3.000,00 da cliente acabou vindo R\$ 4.400,00 e **Paulo Duarte** explicou ao depoente que o excedente seria devolvido ao banco; que somente uns dois ou três meses após, o fato passou a ser descoberto, mas na época o depoente acreditou na conversa de **Paulo**; *que não é verdade que tenha dito ao Delegado que aceitou participar do esquema após Paulo lhe explicar sobre o excedente dos empréstimos; que o depoente deixou Paulo usar sua conta porque ele devia ao banco e quando era depositado o dinheiro era descontado então as comissões creditadas para ele seriam creditadas para o banco (….)* que **Paulo** devia a própria MC Crédito em um contrato interno; *que no começo autorizou Paulo Duarte a transferir da conta dos aposentados para a sua porque no caixa eletrônico só poderia sacar R\$ 1.000,00 mas às vezes o empréstimo era mais que isso (….)* que o depoente cedeu sua conta por uns três meses para **Paulo** (….) que não desconfiou de algo errado porque **Paulo Duarte** depositava aquele excedente imediatamente no caixa, só que o depoente não sabia que ele estava depositando para **Carlos Ataíde**; *que não é verdade que tenha dito após aceitar o esquema, tempo depois tenha pedido demissão e depois tenha retornado para a sociedade a fim de agir esporadicamente; que acredita que não tenha transferência da sua conta para Carlos* que acredita que só tenha da conta de **Paulo** para a do depoente; *que notou que Paulo arrendou uma padaria após este esquema e acredita era do dinheiro ilícito porque ele não tinha de onde tirar dinheiro para o negócio (….)* que após os fatos **Paulo** tinha medo de andar na cidade e o depoente não inclusive chegou a reunir os aposentados depois de tudo que aconteceu e levou-os a Caruaru com Dr. Aquilino, advogado para entrar em acordo a fim de que as pessoas fossem restituídas; *que o depoente chegou a assinar um acordo se comprometendo a restituir os idosos; que o depoente ficou com a imagem manchada e gostava muito de Tacaimbó e por isso se preocupou em restituir as pessoas pelo que Paulo fez; que o próprio Paulo confessou perante os aposentados lá em Caruaru e se comprometeu a restituí-los (….)* que o Delegado em seu depoimento colocou a pistola sobre a mesa de forma ameaçadora e disse ao depoente que queria que ele falasse tudo; *que, um dia antes do depoente ser ouvido, ele conversou com Paulo e todos estavam certos que ali não havia crime pois estavam tentando restituir os aposentados; que naquele dia Paulo foi chamado pelo delegado para depor e ao retornar contou que tudo estava certo, pois o Delegado disse que para acertar tudo bastava dar “o dinheiro do guaraná” ao escrivão que morava em São Caetano e que tudo ficaria certo; que deu errado porque não tinha o dinheiro (….)* *que não adquiriu nenhum bem ao tempo que trabalhava para a MC Créditos.”*
 (grifamos)

Note-se que o ora Apelante apresenta várias contradições no seu depoimento judicial. Ele afirma que não é verdade que tenha dito ao Delegado que aceitou participar do esquema do corréu **PAULO DUARTE ANDRADE SILVA FILHO**, mas relata que o mesmo lhe explicou sobre o valor excedente dos empréstimos, depositados em sua conta bancária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

Registre-se ainda que o corréu **PAULO DUARTE** confirmou a participação do ora Recorrente no "esquema", perante a autoridade policial, depoimento que foi integralmente confirmado em Juízo (fls. 440v/441).

Ante a confissão do corréu, nas duas fases do processo, no depoimento contraditório do próprio Apelante, em Juízo, e, diante das provas testemunhais trazidas aos autos, não há que se falar na absolvição pretendida pela Defesa.

Saliente-se que os dois corréus respondem a outro processo (nº 0000094-97.2008.8.17.1430) que tem por objeto métodos idênticos ao da fraude aqui aplicada. Neste outro processo, em que figuram 05 (cinco) vítimas, assim como os réus **José Antonio Montenegro Maia e Carlos Alberto Athayde Montenegro Júnior**, a sentença condenatória prolatada em 08/10/2012, apenas reconheceu a participação do Apelante no delito concernente a uma das vítimas, baseando-se nas provas então produzidas, conforme transcrito a seguir:

"Entretanto, como os depoimentos confirmam sua saída do grupo criminoso, após o prejuízo de sua amiga, havendo prova apenas de sua participação no crime de que foi vítima João José da Silva, somente por este golpe deve responder. Não se sabe exatamente a data de sua saída, motivo pelo qual as provas suficientes para sua condenação somente se destinam ao fato criminoso de que foi vítima João José, havendo dúvida quanto aos demais. A dúvida beneficia o réu.

(...) b.3) pena definitiva: fixo-a em 03 (três) anos de reclusão e 130 (cento e trinta) dias-multa, sendo o valor do dia-multa de 1/30 do salário mínimo, para o único crime de que foi condenado"

Por outro lado, a Douta Procuradoria de Justiça manifestou-se favorável ao reconhecimento da incidência da circunstância atenuante contida no art. 65, I, do CPP, a que fazem jus o apelante **EVERTON DE BRITO COSTA** e o corréu **PAULO DUARTE**, por serem menores de 21 (vinte e um anos) de idade à época do fato delituoso.

Verifica-se a partir do documento de fl. 45 que o corréu **Paulo Duarte** tinha 18 anos de idade à época do fato o que enseja a incidência da atenuante.

Deve ser, assim, refeita a dosimetria das penas aplicadas, com o reconhecimento da atenuante da menoridade em favor dos dois corréus.

634



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

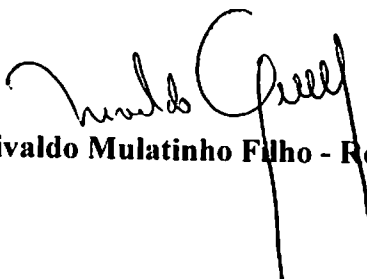
Quanto ao Apelante EVERTON DE BRITO COSTA, mantenho a pena-base em 04 (quatro) anos de reclusão, que, **diminuída em 06 (seis) meses**, face à atenuante referida, resta definitiva em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, mantido o regime inicialmente aberto e os outros termos da sentença condenatória, inclusive a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, mantida a pena pecuniária.

Quanto ao corréu PAULO DUARTE DE ANDRADE SILVA FILHO, a pena fica redimensionada, nos mesmos termos da acima referida, em razão da atenuante da menoridade

Por todo o exposto, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria, dou provimento parcial ao Apelo, diminuindo as penas aplicadas aos corréus nos termos já referidos.

É como voto.

Recife, 13 de setembro de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor